

---

## Grandes eixos analíticos: processos e ideários

### Apresentação

*“Na medida em que o privatismo e o economicismo predominam mais ou menos absolutos não só na economia e finanças mas também na educação, saúde, habitação, transporte, relações de trabalho e previdência, fica evidente que grande parte do que se pode denominar de sociedade civil é desafiada a sobreviver, organizar-se e conscientizar-se elaborando novos meios de luta para influenciar ou conquistar o poder”*

Octávio Ianni

**E**ste livro registra desafios atuais dos estudos da urbanização latino-americana. A sua concepção apoia-se nos debates ocorridos na reunião do Grupo de Trabalho Desenvolvimento Urbano, do CLACSO, intitulada “El nuevo rostro de la ciudad latinoamericana: economía, política y acción social” (Quito, Equador, 13-15 de dezembro de 2000). Esta reunião foi organizada pelo Centro de Investigaciones CIUDAD. Agradecemos aos pesquisadores desta instituição, Mario Vásconez, Silvana Ruiz, Augusto Barrera, Diego Carrión, Mario Unda e Rodrigo Barreto por terem aceito o desafio de promover mais este encontro de pesquisadores do Grupo de Trabalho e a generosa e estimulante acolhida. Em verdade, este encontro ultrapassou os formatos usuais das reuniões científicas, já que permitiu, em poucos dias, que diferentes facetas do rosto contemporâneo da América Latina fossem sentidas e intuídas pelos que dele participaram<sup>1</sup>.

É indubitável a força da singularidade andina que emerge das falas e práticas implementadas por jovens lideranças indígenas, das experiências democráticas de planejamento, da busca de soluções que, mesmo sendo emergenciais, são simultaneamente estimuladoras da pluralidade de vozes que hoje constrói a experiência urbana da América Latina. A Augusto Barrera, agradecemos a apresentação realizada da história e da geografia do Equador, que possibilitou aos colegas de outros países sentirem-se rapidamente “em casa”; a Diego Carrión, a apresentação dos atuais rumos do planejamento de Quito, em que investe todos

os seus conhecimentos de pesquisador do urbano e, com especial carinho, a Silvana Ruiz, a apresentação da riqueza cultural e política do Equador.

Em homenagem a esses colegas e às forças sociais que representam, decidimos organizar, como primeira parte deste livro, o Dossiê Quito: esperanças de democracia em contextos de crise societária. Esta decisão também reflete a memória de antigas práticas dos encontros de geógrafos, quando, segundo conversa tida com Milton Santos, era valorizado o conhecimento do lugar que abrigava o evento. O Dossiê encontra-se composto pelos artigos de Augusto Barrera e Mario Unda. No primeiro, intitulado “Innovación política y participación ciudadana. El Sistema de Gestión Participativa del Distrito Metropolitano de Quito” é apresentado o desafio do planejamento urbano democrático em sociedades submetidas a fortes processos de destruição do tecido social, aos impactos sociais das propostas neoliberais para a economia (e a política) e a processos conjunturais que desarticulam a ação do Estado. Neste artigo, o território da cidade é relido em sua capacidade de abrigar disputas de sentido da democracia e formas socialmente mais justas de apropriação dos recursos. Como criar instrumentos de planejamento que sustentem, como indaga o autor, a ressocialização da política? Como estimular uma gestão urbana territorialmente participativa e integral, que favoreça o fortalecimento dos movimentos sociais e a incorporação de racionalidades sociais alternativas na apropriação da cidade?

O segundo artigo, “El nuevo rostro de la conflictividad urbana en el Ecuador”, traz a intensidade e os sentidos das ações que hoje transformam a cena urbana da América Latina. Realizando o estudo dos atores que alteram a configuração dos antagonismos sociais, Mario Unda demonstra a crescente sintonia entre questões locais e questões nacionais, assim como entre atores urbanos e não urbanos. Existe confluência entre formas de organização, reivindicações e protesto. Aliás, a própria cidade é reconhecida, neste artigo, em seu poder de dar visibilidade aos vínculos entre necessidades imediatamente sentidas e os rumos da política econômica e, portanto, de unificar as lutas sociais. Através do estudo dos conflitos, tanto daqueles que emergem do urbano como dos que encontram na cidade as condições necessárias à sua expressão, o autor demonstra como um número maior de atores tem se posicionado frente às questões nacionais e a opções que são efetivamente excludentes. Há polarização e há mobilização. Ainda neste texto, é constatada a disputa de sentidos da democracia, envolvendo identidades sociais e a superação de localismos e regionalismos de interesse exclusivo das classes dominantes. Como favorecer a unificação das lutas sociais dos setores subalternos? Como a cidade favorece esta unificação? Trata-se da possibilidade, que é latente no presente, como afirma Mario Unda, de afirmação de atores complexos, que resistam ao neocolonialismo, este sucedâneo da dependência.

Existe, assim, carência de análises de conjuntura que permitam apreender a conjugação de forças que refazem a experiência urbana latino-americana. Esta

forças manifestam-se, porém, em espaços herdados, onde convivem possibilidades e obstáculos à democracia. Cabe, portanto, examinar estruturas, compreender a rigidez historicamente construída, promover a pesquisa transdisciplinar do urbano que, através de análises comparativas, orientem a compreensão do hoje. É nesta direção que se explica a decisão de, após o denominado Dossiê Quito, organizar um segmento do livro denominado *Do ângulo das estruturas: mundialização, rede urbana e rede técnica*. Este segmento encontra-se composto pelos artigos de Luis Mauricio Cuervo Gonzales e Susana Finquelievich.

No primeiro artigo, intitulado “Desarrollo económico y primacia urbana en América Latina. Una visión histórico-comparativa”, é recuperada a tradição de estudos estruturais da urbanização latino-americana. O seu autor enfrenta os desafios da análise crítica de modelos analíticos que são incapazes de reconhecer as diferenças e as singularidades da rede urbana do subcontinente e, ainda, que adiantam conclusões que desconhecem a autonomia relativa da experiência histórica latino-americana, inclusive de cada país. Luis Mauricio Cuervo González propõe, neste ensaio, orientações de método para a articulação da análise sincrônica e diacrônica das grandes transformações econômicas da América Latina. Realiza esta proposta através da escolha de temas clássicos dos estudos urbanos, tais como a tensão entre os fenômenos da industrialização e da urbanização e, entre tendências à concentração e à dispersão das atividades econômicas e demográficas. Trata-se de um estudo que esclarece determinantes da situação social contemporânea e, ainda, direções de mudança decorrentes de processos estruturais e de processos conjunturais. O texto trata do atual movimento de mundialização da economia, dialogando com características da industrialização capitalista periférica e com anteriores momentos de reestruturação das atividades econômicas. Como reconhecer a temporalidade específica das mudanças espaciais? Como distinguir impactos de curto e longo prazos da reestruturação econômica? Como apreender a natureza estrutural de processos que hoje transformam a fisionomia das grandes cidades latino-americanas?

No segundo texto, “Ciudades y redes telemáticas: centralidades y periferias en la sociedad informacional”, Susana Finquelievich reflete a nova geografia da economia mundial. Também esta autora afirma a necessidade de pesquisas comparativas, que apreendam as conseqüências, para a América Latina, da configuração da rede mundial de cidades. Esta rede, alimentada por fluxos permitidos pelas tecnologias de informação e comunicação, transforma funções urbanas e relações sociedade-espço. Para a autora, estas transformações introduzem possibilidades, que, caso apropriadas política e culturalmente, podem propiciar a conquista de uma cidadania inovadora. Há que transformar a compreensão do meio urbano, construindo novos imaginários de cidade que alarguem as chances de enriquecimento da vida coletiva. O próprio conceito de cidade precisaria ser reconstruído, para Susana Finquelievich, a partir de uma imaginação teórico-conceitual aberta à compreensão dos processos de

---

acumulação urbana. Qual é o teor das novas contradições sociais (e, também, urbanas)? Como resistir a leituras do urbano que transformam a grande cidade no cenário homogeneizado e deshistoricizado dos interesses hegemônicos? É necessário reconhecer novas orientações para a pesquisa urbana, um novo elenco de indicadores e novos conceitos.

Dimensões estruturais das transformações econômicas contemporâneas surgem nos textos reunidos no terceiro segmento deste livro –Do ângulo da reestruturação produtiva e do trabalho: privatização, desemprego e desindustrialização. Análises de cunho fortemente histórico-estrutural orientaram classicamente os estudos da urbanização latino-americana. Sem dúvida, dois dos eixos fundamentais destes estudos foram os papéis desempenhados pelo Estado na política industrial e os vínculos entre os fenômenos da urbanização e da industrialização, como antes referido por Luiz Mauricio Cuervo González. Como alcançar a compreensão das conseqüências urbanas das atuais mudanças em papéis do Estado? Como apreender o futuro próximo de grandes marcos urbanos que foram condicionados para a industrialização periférica? Afinal, trata-se do destino de acúmulos materiais e imateriais alcançados com gigantescos custos sociais. Novas questões emergem: como reverter tendências à destruição do patrimônio público, decorrentes da política de privatização? Como resgatar a dívida social que, mesmo antes, quando existiam elos reconhecidos entre política econômica e política urbana, acumulava-se nas cidades latino-americanas?

O texto de Rosélia Piquet traz a atualidade destas questões ao demonstrar o comprometimento do Estado brasileiro com a aceleração do processo de privatização de empresas que estiveram historicamente articuladas à política de desenvolvimento econômico e ao planejamento territorial. Em diálogo com o texto de Susana Finkelievich registra e analisa os processos que envolveram a privatização do sistema brasileiro de telecomunicações. Rosélia Piquet expõe, assim, estratégias que alteraram as relações Sociedade-Estado no Brasil. Novos vínculos entre estrutura e conjuntura precisam ser lidos em seus impactos na experiência urbana. Estamos frente a processos que inscreveram comandos na economia e no território, já que orientados para a captura de investimentos transnacionais. Trata-se, portanto, de desnacionalização e da instauração de novas dependências, antes associadas por Mario Unda a um certo tipo de neocolonialismo, cujos contornos urbanos necessitam ser conceituados e esclarecidos. O texto de Rosélia Piquet também traz os impactos da privatização sobre o mercado de trabalho. Manifesta-se na cena urbana novos determinantes estruturais da informalidade do mercado de trabalho urbano. A precarização do trabalho demonstra a crise societária. Como refazer o percurso dos estudos da urbanização latino-americana frente a processos que desarticulam e desinstitucionalizam relações entre sociedade e espaço? Como desvendar novos projetos para a articulação entre desenvolvimento econômico e desenvolvimento urbano?

---

São estes desafios que também surgem no artigo de Inaiá Maria Moreira de Carvalho, Paulo Henrique de Almeida e José Sérgio Gabrielli de Azevedo, intitulado “Reestruturação produtiva e estrutura social metropolitana em Salvador”. Os autores analisam os impactos da atual fase do capitalismo numa metrópole regional, mostrando a alteração do valor dos lugares –e, como dizem tão bem, de sua gente– nos processos de reorganização da economia. Neste texto, o foco analítico é constituído pela dinâmica do mercado de trabalho metropolitano, a partir da omissão do Estado na implementação de políticas de caráter industrial ou regional. Com base nos processos que caracterizam a atual divisão social e territorial do trabalho, os autores expõem a crescente precarização do trabalho, a redução do emprego associada ao avanço tecnológico, a nova terceirização da economia urbana e, sobretudo, o fenômeno mais amplo da desindustrialização. Trata-se, portanto, de desemprego estrutural, ou seja, de impactos estruturais que segmentam, inclusive, o mercado informal de trabalho. A nova dinâmica do capitalismo refaz, com novos conteúdos sociais e políticos, o clássico tema das desigualdades regionais. É indispensável reexaminá-lo para que seja enfrentado o desafio que encerra o artigo: como realizar a integração internacional da economia com simultânea integração interna? Como reduzir tendências ao aumento da segregação sócio-espacial que acompanham as políticas de ajuste da economia e a acomodação das metrópoles às novas funções exigidas das sociedades periféricas?

Os atuais processos de segregação sócio-espacial constituem o ângulo de análise da urbanização latino-americana do segmento seguinte do livro –Do ângulo da sociabilidade: segregação espacial, estilos de vida e desigualdades sociais. Nele, foram reunidos dois ensaios dedicados à análise de processos que esgarçam o tecido urbano e agudizam a desigualdade social. As políticas urbana e social adquirem relevo nestes textos, demonstrando que as grandes tendências da economia encontram os seus rebatimentos em mudanças observadas nos comportamentos sociais e em decisões políticas que reduzem as possibilidades da integração social. Para apreender a direção dos processos sócio-espaciais, torna-se indispensável, como demonstram Danilo Veiga, Ana Falú e Cecília Marengo, realizar o estudo da escala intra-urbana, reconhecendo a emergência de estilos de vida e formas de consumo que rompem a sociabilidade e as formas culturalmente aceitas de apropriação da cidade.

No primeiro estudo, intitulado “Desigualdades sociales y fragmentación urbana: obstáculos para una ciudad democrática”, Danilo Veiga recorda que as mudanças econômicas manifestam-se através de impactos desiguais, em decorrência da diversidade dos lugares. De fato, a nova organização mundial do capitalismo desterritorializa decisões econômicas e políticas e interfere na sociabilidade. Como salienta o autor, têm sido produzidas novas diferenciações sociais que fragmentam o tecido urbano. É indispensável, portanto, reconhecer os processos responsáveis pela segregação. Entre estes processos encontram-se os

rebatimentos sociais da desindustrialização e do dessalariamento. Neste texto, a reflexão da fragmentação acontece através da observação das novas formas de pobreza, de desigualdades relativas ao acesso diferenciado a bens e serviços de tipo moderno e globalizado, da exclusão que atinge a infância e a juventude e, assim, as condições básicas de reprodução da vida. Danilo Veiga sugere que a cidade seja lida através de tendências à configuração da cidade fragmentada. Nesta cidade, ocorre a redução de oportunidades de interação e, portanto, o empobrecimento geral da experiência urbana. Como resistir à racionalidade econômica que destrói o tecido social? Como fortalecer outras racionalidades sociais, como antes proposto por Augusto Barrera?

No artigo de Ana Falú e Cecília Marengo, intitulado “Las políticas urbanas: desafíos y contradicciones”, são reconhecidas decisões de política urbana relacionadas à fragmentação da cidade. As autoras valorizam a dimensão territorial da vida urbana e demonstram que novas tensões entre centralidade e marginalidade acontecem no âmago da construção da cidade. Trata-se da manifestação, na escala intra-urbana, das tendências sócio-espaciais mais nítidas da atual fase do capitalismo. As estratégias territoriais, criticamente analisadas por Ana Falú e Cecília Marengo, têm sido responsáveis pelo alargamento de brechas sociais e pelo aumento da pobreza que decorre da privatização dos serviços e da mobilidade do capital. As autoras alertam para as conseqüências do modelo social polarizado que emerge das atuais formas de gestão da cidade, desenhado sobre heranças históricas de outros ideários de planejamento urbano. Quais são as dimensões societárias da urbanização dispersa? Como conceber e defender concepções e projetos para a gestão urbana que resistam à fragmentação e ao encapsulamento excludente –a “urbanização fechada”– da cidade?

A parte seguinte do livro, denominada Do ângulo da gestão urbana e dos atores políticos: alianças, riscos e arenas, reúne três textos dedicados à análise crítica da gestão urbana. O que fazer? Como desvendar as arenas em que tem sido negociado o futuro das cidades latino-americanas? Como ampliar o diálogo em torno das condições de vida? Vemos que este segmento busca estabelecer as bases de reflexão de uma plataforma de ações e projetos que instaurem um novo ideário de desenvolvimento urbano. Este ideário deverá resistir aos atuais comandos do neoliberalismo e opor-se às estratégias dominantes de apropriação do território urbano e de configuração das relações sociais. Há que resistir a rápidos consensos e reconhecer os interesses que impedem o alargamento da experiência democrática nas cidades latino-americanas.

No primeiro artigo, intitulado “Alianzas transversales, reconfiguración de la política y desarrollo urbano: escenarios del presente e del futuro”, Héctor Poggiense tece elos entre desenvolvimento urbano e institucionalidade democrática, resistindo ao atual predomínio de orientações para a gestão que transformam a cidade em máquina empresarial de crescimento. Para o autor, é necessário, atualmente, reconhecer os parâmetros societários da eficiência

desejável. Como é possível aceitar que a eficiência se torne um domínio controlado apenas por alguns? Para Héctor Poggiere, trata-se de superar as diretrizes preconizadas pelo neoliberalismo urbano propícias às grandes reurbanizações imobiliárias, que privatizam a cidade, enquanto são ampliados os riscos vividos pela maioria. Uma nova concepção de desenvolvimento urbano, que confronte os ideários dominantes, deverá apoiar-se nas possibilidades abertas no presente. Desta maneira, é, para o autor, indispensável reconfigurar a consciência social dos riscos atuais, o que permitiria o surgimento de alianças transversais que enfrentem, de forma solidária, a problemática social. Como favorecer a co-gestão democrática da cidade? Como ampliar a democracia? Como reduzir a vulnerabilidade social?

Estas questões são retomadas por Mario Lungo no artigo “Expansión urbana y regulación de la tierra en Centroamérica. Antiguos problemas, novos desafíos”. O autor trata a problemática da vulnerabilidade social a partir da falta de regulação dos usos da terra urbana. Valoriza a análise do padrão de expansão urbana da América Latina, principalmente face a riscos de grande magnitude que permanecem ocultos em numerosas pequenas ações e intervenções. O debilitamento da função reguladora do Estado exige que novos marcos regulatórios dos usos da terra urbana sejam construídos e institucionalizados. A forte periferação das cidades, que transparece na velocidade da expansão dos marcos construídos, denuncia a ausência de enfrentamento político-administrativo dos interesses que dominam, atualmente, a cena urbana. Estes interesses têm impedido a construção de escalas de participação e decisão relativas à metrópole. Como estabelecer consensos democráticos que reduzam riscos e catástrofes? Como estabelecer regras efetivamente integradoras para os usos da terra urbana? Como institucionalizar o debate democrático em escalas expressivas da expansão urbana?

Nesta direção, Rainer Randolph, no texto “Arenas políticas e agenciamentos governamentais: uma discussão de novos formatos a partir da experiência do Programa Favela Bairro e do Plano Estratégico do Rio de Janeiro”, propõe a análise da racionalidade que se manifesta nas novas formas de planejamento. Se existe crise do planejamento ao nível nacional, o mesmo não pode ser afirmado, como salienta o autor, para o nível local. Ao contrário, nas últimas décadas, o local tem sido objeto de sucessivas ações planejadoras, coerentemente associadas à configuração do Estado mínimo. Como compreender de outra forma a plêiade de iniciativas estratégicas –e de metodologias– referidas ao nível local de governo? Para Rainer Randolph, o local constitui, atualmente, um relevante cenário da política. Trata-se de novas racionalidades e racionalizações expressivas das forças sociais e políticas dominantes. É tarefa do analista reconhecer racionalidades ocultas e desvendar arenas de conflitos, identificando manifestações das diversas formas de poder. Existem novas seletividades sociais em afirmação na cena urbana e manifestações da racionalidade instrumental.

---

Como reconhecer os conteúdos da racionalidade dominante? Como propor formas de planejar a cidade que ultrapassem as racionalizações que orientam a política urbana?

A última parte da presente coletânea, Do ângulo da crise da cidade industrial: saberes, práticas e discursos, tem por principal objetivo interrogar o esmaecimento do rosto –esfinge?– da cidade industrial, tão parcialmente realizada na América Latina. Existem novos vetores de transformação associados à atual fase do capitalismo, sempre exigente de oferta de condições propícias à acumulação. Estes vetores trazem determinantes do presente e do futuro próximo ainda, em grande parte, desconsiderados pela análise urbana. Entretanto, a luta pela vida continua, assim como a disputa pela apropriação das oportunidades. As orientações mais consolidadas da análise da urbanização latino-americana encontram-se pressionadas por um amplo conjunto de fenômenos e processos novos: práticas sociais e espaciais e escalas de realização da vida coletiva. É necessário retornar às questões societárias abrangentes. O que é ordem urbana? O que é desordem? Quais são os atuais desafios da socialização? Como desvendar formas mais justas de interação social?

O artigo de Tamara Tania Cohen Egler, “Refletindo a transição da sociedade industrial para a sociedade da informação”, estimula a observação do esgotamento de processos sociais e espaciais que organizaram a cidade do capitalismo industrial. As grandes cidades são herdeiras das marcas de anteriores períodos da divisão social e técnica do trabalho. Esta herança é formada por conhecimentos e experiências e, também, por patrimônios coletivos hoje submetidos a processos de destruição e de perda de funções. Ao mesmo tempo, emergem processos que desafiam a integração social, já que correlatos à afirmação da sociedade da comunicação. É relevante, para a autora, reconhecer caminhos para a configuração do espaço público desta sociedade. As possibilidades de constituição de novos espaços públicos, plurais e cotidianos, encontram-se inscritos, para Tamara Tania Cohen Egler, nas ações comunicativas permitidas pela nova base técnica da vida coletiva. Trata-se de uma nova divisão social e técnica do trabalho, mas também, da emersão de uma nova socialidade. Como definir políticas urbanas que favoreçam a ação social? Como ler o espaço urbano na busca de formas urbanas socialmente mais justas? Como favorecer as novas formas de trabalho e de realização da experiência urbana?

Neste sentido, o artigo de Hernán Armando Mamami, “Alternativo, informal, irregular ou ilegal? O campo de lutas dos transportes públicos” realiza a análise do trabalho nos fluxos que configuram a cidade atual. A análise da apropriação social da cidade é enriquecida, com este texto, pelo estudo da circulação urbana e de práticas sociais de protesto e organização –que hoje reinventam o trabalho. Evidencia-se o esgotamento de categorias que antes orientavam a análise do mercado urbano de trabalho, como as de trabalho formal e informal. Da mesma forma, existem limites, para o autor, na dicotomia



regulamentação –desregulamentação de atividades econômicas. Com o uso desta dicotomia são desconhecidas clivagens sociais na percepção do universo político-jurídico e contradições sociais abertas pela reestruturação produtiva, associadas às promessas da nova modernização capitalista. Expectativas foram criadas e investimentos sociais realizados. Limites na concretização destas expectativas ampliam o leque das práticas instituintes, oferecendo as condições necessárias a lutas político-ideológicas que refazem sentidos da ação. Como desconhecer os instrumentos de luta que decorrem do não cumprimento das promessas da modernidade globalizada? Possibilidades de auto-organização germinam no tecido urbano, inclusive de co-gestão, ainda contidas pela força do discurso técnico-administrativo hegemônico. Este discurso é objeto do último texto deste livro.

No artigo “Impulsos globais e espaço urbano: sobre o novo economicismo”, Ana Clara Torres Ribeiro e Cátia Antonia da Silva ensaiam a reflexão de algumas características do novo discurso dominante. Acreditam que a sua raiz seja gestonária, isto é, apoiada na articulação estratégica entre o poder econômico e o poder administrativo. Esta articulação implica em fragilização da política, refletida no enfraquecimento do espaço público e em investimentos prioritários em organização. As autoras propõem a categoria *impulso global* para a análise de processos que alteram a vida urbana, como exemplificam a privatização dos serviços e as diretrizes para o ensino e para o trabalho. O impulso global desafia a atualização da análise de cunho histórico-estrutural, na medida em que é portador de formas de gerir e de “presentificar” relações societárias. As autoras propõem que os impulsos sejam analisados através de leituras transdisciplinares da transformação de eventos em fatos e, logo, em fatalidade. Trata-se, aqui, da disputa em torno da compreensão do *Todo* e do *novo*, isto é, dos conteúdos das visões de mundo que orientam a experiência urbana. Aos impulsos que reúnem o poder econômico e o poder administrativo é necessário opor articulações entre poder político e o poder social e resistências aos princípios gestonários do novo economicismo. Como desvendar os processos da nova modernização e demonstrar os seus limites? Como ampliar a disputa democrática dos modos de organizar a experiência urbana?

Este livro dialoga com o anterior do Grupo de Trabalho Desenvolvimento Urbano –Repensando a experiência urbana da América Latina: questões, conceitos e valores (2000). Este diálogo possibilita a gradual consolidação das bases analíticas necessárias à atualização da área temática do Grupo. Esta área precisa reconhecer a radical transformação da problemática urbana latino-americana e propor conceitos que orientem a pesquisa transdisciplinar de questões urbanas e que estimulem a presença das ciências sociais na concepção de rumos socialmente justos para o planejamento e, também, nas lutas sociais pelo alargamento da democracia. Como diz Milton Santos, em *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal* (2000), é necessário

---

resistir às fabulações sobre o presente, à força das ideologias que conformam o pensamento hegemônico. Este autor nos traz esperança e com palavras suas terminamos esta apresentação: “Estamos convencidos de que a mudança histórica em perspectiva provirá de um movimento de baixo para cima, tendo como atores principais os países subdesenvolvidos e não os países ricos; os deserdados e os pobres e não os opulentos e outras classes obesas; o indivíduo libertado participe das novas massas e não o homem acorrentado; o pensamento livre e não o discurso único”.

Ana Clara Torres Ribeiro  
Rio de Janeiro, setembro de 2001

## **Bibliografia**

AA.VV. 2000 *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal* (Rio de Janeiro/São Paulo: Record).

Torres Ribeiro, Ana Clara (comp.) 2000 *Repensando a experiência urbana da América Latina: questões, conceitos e valores* (Buenos Aires: CLACSO).

## **Notas**

1 Pesquisadores que estiverem presentes na reunião de Quito, além dos membros de CIUDAD: Danilo Veiga, Rainer Randolph, Samuel Jaramillo, Héctor Poggiese, Hernán Armando Mamani, Cecília Marengo, Ana Clara Torres Ribeiro. Outros membros do Grupo de Trabalho enviaram contribuições escritas à reunião. Também participaram professores e pesquisadores de outras instituições equatorianas.